

Embates epistemológicos entre a ciência cognitiva na política nacional de alfabetização e o multiletramento na base nacional comum curricular

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.002-003>

Silvana Barbosa Pinto

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Zeina Rebouças Corrêa Thomé

Profa Dra., Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Ednilza Maria Corrêa da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Thaiany Guedes da Silva

Profa Dra., Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

O estudo em tela pretende analisar as diretrizes para o processo de alfabetização declaradas na Política Nacional de Alfabetização (PNA), com enfoque na literacia, e a concepção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir dos procedimentos do letramento. Assim, problematizamos quais as contradições conceituais e opções teórico-metodológicas que entram em conflito na PNA e BNCC, implicando no processo de alfabetização? Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho se caracteriza como pesquisa documental, com abordagem qualitativa, que permite ao pesquisador examinar o tema em discussão. Os resultados evidenciam as distâncias e conflitos entre a PNA e a BNCC. Na PNA, o enfoque da alfabetização é sustentado na ciência cognitiva da leitura, e na BNCC, o processo de alfabetização compreende os multiletramentos.

Palavras-chave: Linguagem, Habilidades de leitura, Sistema de escrita.



1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais para a alfabetização no Brasil, refletem as perspectivas teóricas e epistemológicas, com ênfase no processo de aprendizagem da criança, enquanto um fenômeno complexo. Assim, problematizamos quais as contradições conceituais e opções teórico-metodológicas que entram em conflito na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implicando no processo de alfabetização?

O objetivo do estudo é analisar as diretrizes para o processo de alfabetização declaradas na Política Nacional de Alfabetização (PNA), com enfoque na literacia, e a concepção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir dos procedimentos do letramento.

Nesse sentido, a Política Nacional de Alfabetização (2019), define a alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e escrita, com ênfase na consciência fonológica e instrução fônica. Apresenta metas de aprendizagem para consolidar a alfabetização, de modo progressivo, no 1º ano do ensino fundamental. Ressalta que os processos de alfabetização devem ser analisados pelos educadores, mediante a compreensão da “Ciência Cognitiva da Leitura”, que se estrutura com base nos conhecimentos elaborados pela Psicologia, Neurociência, Linguística, objetivando explicar como o cérebro desenvolve as competências cognitivas para a leitura.

No documento da Política Nacional de Alfabetização (2019), é apresentado o percurso histórico da “Ciência Cognitiva da Leitura”, desde a década de 1970, apontando que os estudos se realizaram na América do Norte e Europa, com a intenção de descobrir como os sujeitos aprendem a ler e escrever. O campo de pesquisa progrediu à medida que o estudo da Ciência Cognitiva revelava novos conhecimentos sobre o funcionamento do cérebro humano.

Segundo Dehaene (2012), os estudos sobre a alfabetização são aprofundados através da “Ciência Cognitiva da Leitura”. Esse termo é empregado como definição do paradigma que predomina atualmente na Suíça, Bélgica, Portugal e Canadá, sobre a alfabetização. A pergunta chave segundo o grupo de cientistas que investigam as estruturas neurais é: “como funciona o cérebro?”. Sendo assim, o paradigma se sustenta através de investigação e registros dos resultados com indicadores que são mapeados, observando as evidências científicas, seguindo controles rigorosos e validados por estudos empíricos de pesquisadores que estudam o campo da “Ciência Cognitiva da Leitura”, como Sargiani (2022), Savage (2015), Dehaene (2012), Adams *et al* (2007), Capovilla (2003), Solé (1998), Cardoso-Martins (1996), Pinheiro (1994).

De acordo com Dehaene (2012), a “Ciência Cognitiva da Leitura” investiga as funções cognitivas através de pesquisas interdisciplinares que associam os fundamentos da Neurociência, da Linguística e da Psicolinguística cognitiva para examinar os fenômenos relacionados ao processo ensino-aprendizagem da alfabetização. Os dados coletados nas pesquisas realizadas pela Ciência



Cognitiva reforçam que aprender a ler e escrever é um processo complexo das funções cognitivas superiores.

No que diz respeito ao campo da alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (2018), o processo de alfabetização deve ocorrer no 1º e 2º ano do ensino fundamental. Para compreender o desenvolvimento do trabalho didático, nos situaremos na apresentação da “Área de Linguagem”, que é composta por quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física que compõem o ensino fundamental nos anos iniciais, acrescentando o componente de Língua Inglesa nos anos finais do ensino fundamental.

A organização do componente de Língua Portuguesa integra um sistema das práticas de linguagem com 4 (quatro) campos de atuação (campo da vida cotidiana, campo artístico-literário, campo de práticas de estudo e pesquisa, campo da vida pública). Essa disposição integradora objetiva a ampliação do processo de alfabetização com orientação nos multiletramentos, durante todo o ensino fundamental, bem como o compartilhamento entre os objetos de conhecimento na sua relação com os diversos signos, significados e contextos que organiza a proposta pedagógica e curricular da área.

Segundo Sargiani (2022), Rotta e Bridi (2016), Dehaene (2012), Kress e Bezemer (2009), a linguagem oral e escrita é um objeto de estudo plurifacetado, requerendo o conhecimento a respeito das estruturas neurais, processos cognitivos, representações mentais, experiências sociais e saberes culturais que conduzem o processamento da linguagem.

Diante desse quadro, é desafiador o debate entre a PNA e a BNCC, pois os pesquisadores que estudam a alfabetização, a aprendizagem da leitura e estruturas cerebrais, registram que as funções cognitivas, interligadas no processamento da linguagem oral e escrita, envolvem conexões a partir do levantamento de hipóteses pela criança. No momento da aprendizagem, as crianças relacionam as letras, sons, palavras e expressões que fazem parte do seu cotidiano. Isso implica que o professor quando ensina deve compreender que ocorre a participação cognitiva ativa por parte do sujeito, importando na organização, sistematização e mediação do ensino, através de métodos interativos, considerando um conjunto de saberes da vida concreta da criança.

1.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: O QUE SABEMOS SOBRE A LITERACIA?

A Política Nacional de Alfabetização, com base na “Ciência Cognitiva da Leitura”, adota os fundamentos da Literacia em substituição ao conceito de Letramento. A Literacia é definida como sendo o conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes (CHA), conceito apresentado por Scott B. Parry, na obra "The quest for competencies" (1996). Assim, a Literacia se baseia no conceito de competência, e se relaciona ao processo de leitura e escrita da língua materna, mediados por uma prática dinâmica de domínio, produção e transmissão de conhecimento, objetivando a formação do sujeito culturalmente alfabetizado.

O conceito de Literacia surgiu na Europa, no final do século XIX, e a comunidade acadêmica passou a demonstrar interesse pelo termo somente em meados do século XX, sendo atualmente comumente empregado e utilizado pelos cientistas e acadêmicos da área. O termo em francês corresponde a “*littératie*” e em inglês deriva de “*literacy*”. A terminologia literacia é utilizada pelos educadores na Suíça, Bélgica, Portugal e Canadá, encontrando respaldo internacional na comunidade de pesquisadores que trabalham no campo da alfabetização (Cardoso-Martins et al.,2005).

Destaca-se na abordagem da literacia a responsabilidade dos adultos, pois os pais, professores e cuidadores da criança deverão considerar os diferentes níveis de aprendizagem em que o sujeito criança se encontra. Na literacia, hipoteticamente em desenvolvimento, a criança ainda não domina o processo de leitura e escrita. Assim um aspecto relevante é observar a organização, seleção e aplicação de práticas, bem como os procedimentos de ensino, prevendo e mobilizando o interesse para a alfabetização.

Segundo a Política Nacional de Alfabetização (2019), as competências de leitura e escrita, enquanto habilidades de literacia, devem ser desenvolvidas antes da entrada da criança na escola, como um procedimento de pré-alfabetização. As habilidades serão ampliadas e consolidadas em um processo permanente de combinações mentais realizadas pela criança. Como a aprendizagem de leitura e escrita é uma operação desafiadora, a criança deverá receber os estímulos cognitivos que serão processados mentalmente. Esse procedimento intelectual inicial de literacia, proporcionará níveis mais fluentes e avançados com o domínio dos processos de leitura e escrita mais complexos.

1.2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A ALFABETIZAÇÃO E O ENFOQUE NOS MULTILETRAMENTOS

Na Base Nacional Comum Curricular a Área de Linguagem é composta por Língua Portuguesa, Artes, Educação Física (nos anos iniciais do ensino fundamental) e acrescida de Língua Inglesa (nos anos finais do ensino fundamental). Desse modo, a organização dos componentes curriculares para área de linguagem fundamenta-se em uma proposta embasada nos multiletramentos, com destaque para a semiótica que significa o “estudo dos signos”.

Diferentemente do conceito de letramentos (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos — é bom enfatizar — aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. (Rojo; Moura, 2012, p.13)

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a alfabetização considera a multiplicidade semiótica como o eixo norteador, que possibilita a compreensão de como os sujeitos traduzem e interpretam os significados dos objetos, que marcam e delimitam os campos de convivência nos grupos

sociais. Por sua vez, os grupos sociais produzem e reproduzem diversos signos com seus significados, dando sentido para as múltiplas linguagens que sustentam a produção cultural. A semiótica se constitui a partir dessas interações, entre os elementos que abrange a linguagem verbal e não-verbal, e os processos de comunicação.

Nesse sentido, partindo dos multiletramentos e multissemióticas, como referências do processo de alfabetização, são delineados os meios, os recursos e procedimentos para que a aprendizagem da criança ocorra mediante as diversas linguagens na interação entre os objetos do conhecimento, com diferentes propósitos comunicativos. Os objetos do conhecimento definem um sistema semiótico com base na literatura, música, cinema, artes plásticas, jogos, teatro, dança, expressão corporal, moda, gastronomia e outros, para oportunizar a imersão em diversas culturas.

Durante a leitura, as habilidades operam de forma articulada. Dado o desenvolvimento de uma autonomia de leitura em termos de fluência e progressão, é difícil discretizar um grau ou mesmo uma habilidade, não existindo muitos pré-requisitos (a não ser em termos de conhecimentos prévios), pois os caminhos para a construção dos sentidos são diversos. O interesse por um tema pode ser tão grande que mobiliza para leituras mais desafiadoras, que, por mais que possam não contar com uma compreensão mais fina do texto, podem, em função de relações estabelecidas com conhecimentos ou leituras anteriores, possibilitar entendimentos parciais que respondam aos interesses/objetivos em pauta. O grau de envolvimento com uma personagem ou um universo ficcional, em função da leitura de livros e HQs anteriores, da vivência com filmes e *games* relacionados, da participação em comunidades de fãs etc., pode ser tamanho que encoraje a leitura de trechos de maior extensão e complexidade lexical ou sintática dos que os em geral lidos. (Brasil, 2018, p. 76).

Através da multiplicidade semiótica os signos sociais são interpretados, ganhando sentido e significado. Por sua vez, partindo do entendimento sobre a função social da escola, é importante considerar como as crianças interpretam o mundo a sua volta, qual o sentido dos símbolos, ícones e imagens com as suas representações e significados que dialogam com a criança no seu contexto social? Qual a compreensão da criança a partir da leitura de um gênero literário como conto, crônica, poesia, novela? Qual a sua percepção quando aprecia uma música clássica, rock, pop, samba? Como interpreta uma fotografia, um quadro, uma escultura, um filme? Quais os processos físicos e mentais utilizados ao criar e participar de uma coreografia? Qual a intenção ao produzir e participar de um espetáculo? Qual o sentido ao seguir uma celebridade nas redes digitais, um escritor, um cantor e ator? Qual a importância de elaborar e compartilhar mensagens nas redes sociais?

Desse modo, o sujeito criança se constitui historicamente em conexão entre o signo e o objeto. À medida que os sujeitos estrategicamente utilizam os signos, estes passam a caracterizar-se como elementos que tem vida própria ou são apenas representações simbólicas, que atuam no desenvolvimento cognitivo e emocional? Nessa relação, a representação mental do objeto passa a ter sentido de signo em decorrência da utilização pelos sujeitos que o capturam quando estão processando e elaborando ideias.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do processo de pesquisa, é fundamental a aplicação de metodologias utilizando procedimentos complexos, seguindo uma trajetória dinâmica para a investigação do objeto em estudo.

Assim, o objeto investigado, enquanto um problema em estudo, foi analisado com base na pesquisa documental, com abordagem qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70), a pesquisa qualitativa,

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. (Prodanov; Freitas, 2013, p.70)

Quanto ao embasamento da pesquisa, construímos a discussão acompanhando o estudo de documentos oficiais, procedendo ao levantamento de registros documentais necessários. Esses documentos possibilitaram a aproximação do problema, a partir de fontes relevantes sobre o objeto pesquisado. O propósito encaminhado, objetivava a organização de dados com base nos registros oficiais do campo da alfabetização.

Para a pesquisa documental, considera-se documento qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra/gravações, pinturas, incrustações e outros. São considerados ainda os documentos oficiais, como editoriais, leis, relatórios, ofícios, ordem régia, etc., e os documentos jurídicos oriundos de cartórios, registros gerais de fôlencia, inventários, escrituras de compra e venda, hipotecas, atestados de nascimentos, casamentos, óbitos, entre outros. (Fachin, 2006, p.146)

A pesquisa buscou compreender a estrutura do sistema de alfabetização no Brasil, enquanto um fenômeno complexo, implicando em um processo de análise de fonte documental. Através da compreensão do funcionamento da política pública educacional, procedemos ao estudo comparativo entre a Política Nacional de Alfabetização - PNA (2019), e a Base Nacional Curricular Comum - BNCC (2018).

Para contextualizar e elucidar o problema pesquisado, foi relevante proceder ao confronto e explicitar os conflitos expressos nas concepções de alfabetização, presentes na Política Nacional de Alfabetização - PNA (2019), e na Base Nacional Curricular Comum - BNCC (2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ancorando o estudo nas investigações científicas dos pesquisadores do campo da alfabetização, observamos que a criança em processo de aprendizagem da leitura e escrita, ao tecer suas relações sociais é produtora de textos nas interações com outras crianças, com seus familiares e professores. Ao participar do ato da comunicação, promove a construção de múltiplos textos que circulam no espaço

da escola, na família, nas redes sociais e em diversos ambientes. Assim, identificar e promover essa participação em contextos com pluralismo cultural, contribui para desenvolver as habilidades comunicativas, criando caminhos próprios de intertextualidade.

3.1 LITERACIA E MULTILETRAMENTOS: CONCEPÇÕES, CONCEITOS E OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA

A Política Nacional de Alfabetização, discorrendo a respeito da “Literacia emergente” observa que a criança antes do início do processo de escolarização formal apresenta as condições cognitivas fundamentais para aprender determinadas habilidades que são necessárias na aquisição da linguagem. A “Literacia emergente” é uma condição determinante para a criança aprender a ler e escrever, considerando as habilidades e atitudes que compõem o repertório da convivência na família, no intercâmbio com os colegas, na participação na comunidade e outros grupos sociais.

Durante a primeira infância, seja na pré-escola, seja na família, a literacia já começa a despontar na vida da criança, ainda em um nível rudimentar, mas fundamental para a alfabetização (NATIONAL EARLY LITERACY PANEL, 2009). Nesse momento, a criança é introduzida em diferentes práticas de linguagem oral e escrita, ouve histórias lidas e contadas, canta quadrinhas, recita poemas e parlendas, familiariza-se com materiais impressos (livros, revistas e jornais), reconhece algumas das letras, seus nomes e sons, tenta representá-las por escrito, identifica sinais gráficos ao seu redor, entre outras atividades de maior ou menor complexidade. Em suma, na literacia emergente incluem-se experiências e conhecimentos sobre a leitura e a escrita adquiridos de maneira lúdica e adequada à idade da criança, de modo formal ou informal, antes de aprender a ler e a escrever. (Brasil, 2019, p.22)

Na “Literacia familiar”, os argumentos apresentados seguem o processo de desenvolvimento da linguagem, partindo da rotina da criança como prática social no ambiente familiar, para futuramente favorecer a alfabetização formal. A proposta sugere que práticas de leituras sejam realizadas na família, a contação de histórias organizadas pelos adultos com a participação das crianças, as rodas de conversas com os pais, irmãos e avós, devem ocorrer antes dos seis anos.

Essas experiências devem ser interessantes e gratificantes para a criança com a utilização da linguagem oral e escrita, e novas palavras serão acrescentadas ao seu vocabulário, consolidando as competências cognitivas e sociais. As experiências que se retroalimentam continuamente, que surgem de conversas e narrativas são elementos motivadores para o processo de alfabetização, gerando resultados favoráveis no ciclo de alfabetização. Outrossim, é importante oferecer para a criança materiais diversos como lápis, papel, giz de cera, lápis de cor, revistas, jogos, massa de modelar, argilas e sucatas.

Destacando as pesquisas realizadas pela Neurociência, os argumentos demonstram que a estrutura cerebral não recebe naturalmente e antecipadamente as condições biológicas para aprender a



ler e escrever. A linguagem escrita é uma conquista social e histórica relacionada ao desenvolvimento e avanço da cultura.

Ao pensarmos a conexão possível entre neurologia e desenvolvimento, mais especificamente desenvolvimento cognitivo, devemos pensar que o próprio desenvolvimento neurológico só é possível por meio da conexão do sistema neural com o ambiente. A essa conexão damos o nome de aprendizagem.

(Rotta; Filho; Bridi, 2016, p.26)

A aprendizagem de leitura e escrita realizada pela criança é um processo inquietante e desafiador para o cérebro, demandando um trabalho sistematizado dos processos mentais superiores para organizar os esquemas cognitivos. À medida que o cérebro recebe os estímulos apropriados, são elaboradas novas estruturas cognitivas, correspondendo ao domínio intelectual da capacidade de leitura e escrita.

Segundo a Neurociência, as estruturas cerebrais sofrem alterações para que o processo de leitura e escrita sejam favoráveis ao processo fonológico. Conforme a abordagem da teoria psicolinguística, na aprendizagem da fala, várias estruturas se desenvolvem como os sons da palavra (identidade fonológica), os significados (identidade semântica), os usos em sentenças (identidade sintática) e os usos sociais (identidade pragmática). No entanto, no momento da fala o cérebro não classifica individualmente esses elementos constitutivos, todo esse conjunto sofre uma fusão, ficando armazenado na memória. Para a aprendizagem da leitura é necessário acessar, através da visão, as áreas da linguagem falada (Snowling;Hulme,2013).

De acordo com a Neurociência há uma área do cérebro humano denominada de “Área da Forma Visual das Palavras - AFVP”, que é responsável em distinguir as letras. Localiza-se na região occipitotemporal, no lado esquerdo do cérebro. Na AFVP encontra-se a área em que se processa a conexão entre o domínio visual acionando o mecanismo fonológico. Nessa arquitetura conformada pela AFVP são processados os estímulos luminosos, ocorrendo o reconhecimento da palavra escrita, o processamento da imagem, o significado das palavras e a articulação motora que produz a fala (Snowling;Hulme,2013).

No caso das crianças que ainda não sabem manipular os procedimentos de leitura e escrita, a “Área da Forma Visual das Palavras (AFVP)”, apenas é acionada para reconhecer objetos e rostos. Desse modo, a capacidade de aprendizagem da leitura e escrita modificam as conexões cerebrais nos seres humanos, sendo que o seu estímulo é essencial para a aprendizagem. Quando se processa a aprendizagem de leitura e escrita acontece a expansão das habilidades de codificação da palavra falada e a representação ortográfica da palavra (identidade ortográfica), que se combinam com as outras identidades mutuamente.

Nesse sentido, a Política Nacional de Alfabetização aplicando os conceitos da Neurociência, sustenta a discussão sobre os processos de alfabetização com base no método fônico, orientando a

condução de metodologias de leitura e escrita a partir do sistema alfabético, definindo quatro procedimentos para realizar o processo de leitura de palavras: “por predição, analogia, decodificação e reconhecimento automático” (Savage, 2015, p.29).

Para Savage (2015), a “Predição” é considerada a forma mais simples para “ler” palavras, pois a criança procura seguir pistas visuais que permite descobrir os elementos da escrita através de cores, imagens, formas, letras iniciais como no caso de rótulos, marcas de produtos, personagens que representam o produto, o que facilita associar esses elementos às palavras conhecidas pela criança como por exemplo o símbolo da Coca-cola e McDonald’s. Também no caso de lugares que tenham nomes conhecidos como padarias, lojas, shopping, supermercados dando a impressão que a criança consegue decifrar as palavras.

Segundo Savage (2015), na “Leitura por Analogia” a criança relaciona uma palavra com a outra por similaridade, relacionando rimas, sons idênticos, palavras da mesma família como por exemplo “gato”, “rato”, “mato”, “pato”, “João”, “pão”, “coração”, “melão”. O conhecimento sobre uma palavra é empregado na leitura de outras palavras novas. Esse nível de leitura ainda é bastante elementar, sendo que a criança ainda não tem pleno domínio do processo de leitura.

De acordo com Adams *et al* (2007), “Decodificação” é o momento em que se realiza a leitura estratégica, decifrando o código alfabético, definindo quais letras representam os sons. A partir desse domínio a criança adquire autonomia com o reconhecimento da relação entre grafema-fonema, gerando as palavras. A criança começa a observar como as palavras se formam, e progredindo na trilha desse conhecimento passa a dominar os códigos ortográficos.

Citando Adams *et al* (2007), no “Reconhecimento automático”, quando a criança avançou no processo de leitura, as palavras são registradas na memória, possibilitando a leitura e reconhecimento visual imediato no momento que a palavra surge novamente. Assim as etapas da predição, analogia e decodificação são superadas, não sendo mais necessária a utilização dessas estratégias. O desenvolvimento do processo cognitivo permite que a criança conquiste habilidades comunicativas, com maior fluidez na leitura, compreensão do texto, capacidade de fazer inferências e interpretação.

No ano de 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU), e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirmaram que a alfabetização das crianças, adolescentes e jovens impactam diretamente no desenvolvimento socioeconômico. Portanto, o analfabetismo aumenta os riscos de abandono escolar, desemprego, exploração e pobreza.

Países como Portugal, França, Estados Unidos, Chile, Austrália, Reino Unido, realizam o trabalho pedagógico para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita baseada em evidências. Os estudos realizados pela da ONU e UNESCO, consideram as evidências científicas com respaldo na “Ciência Cognitiva da Leitura”, e chamam a atenção para os componentes fundamentais que integram o processo de alfabetização, como a “consciência fonêmica” e a “instrução fônica



sistemática”. Os estudos apontam os indicadores referentes a fluência em leitura oral, a evolução do vocabulário para a compreensão de textos, e a produção textual (Snowling;Hulme,2013).

Para Savage (2015), a “consciência fonêmica” é o “conhecimento consciente dos fonemas” com a capacidade de utilizá-los de forma correta e com atenção. É importante o ensino com estratégias planejadas e procedimentos metodológicos que privilegiem o aprendizado da criança, para reconhecer os sons, manipulando-os, e quando usar a palavra compreenda que a formação de uma palavra é resultado de uma sequência de fonemas organizados. Essa lógica é fundamental para compreender a estrutura do sistema alfabético

De acordo com Pinheiro (1994), a “instrução fônica”, elaborada com atividades práticas, permite que a criança estabeleça relações entre as letras e os sons da fala. A intenção é o entendimento sobre princípio alfabético, a sistematização das relações previsíveis entre grafemas e fonemas. É necessário um planejamento sistematizado para desenvolver as atividades com as crianças, contemplando o ensino de fonema-grafema, organizando rodas de leitura, caça-palavras, jogos com formação de palavras e frases, praticando a ortografia para maior domínio da leitura.

Adentrando o campo de análise apresentada pela Base Nacional Comum Curricular (2018), observamos que as etapas de aprendizagem na área de linguagem seguem a relação dialógica entre os objetos presentes nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, e sua integração com Artes, Educação Física e Língua Inglesa no decorrer do processo educativo. Com o avanço da criança, a capacidade de leitura e mapeamento dos signos se ampliam, transformando as habilidades intelectivas que se modificam, fundando novas estruturas cognitivas, atualizando a capacidade de percepção do contexto social, histórico e cultural.

O objetivo do componente de Língua Portuguesa é ressaltar os processos cognitivos mais complexos com a produção intelectual e intercâmbio de informação que definem os objetos de conhecimento integrados com os demais componentes curriculares, possibilitando a pedagogia da alfabetização como “construção social e coletiva, entrelaçada à processos significativos, interativos, contínuo e inacabado” (Franchi,1994). A alfabetização na relação dialógica com a criança, estabelece vínculos através das diferentes linguagens como verbal, gráfica, filmica, corporal, plástica, digital para a formação dos processos mentais superiores. Na integração da área de linguagem indicam-se múltiplas propostas teóricas e metodológicas para o componente de Língua Portuguesa, visando a fluência leitora e escritora da criança.

A intencionalidade metodológica, apresentada no componente curricular de Língua Portuguesa, converge para as práticas sociais na sua relação com o ensino-aprendizagem integrado ao contexto social da vivência da criança para efetivar o desenvolvimento cognitivo. É importante que o trabalho pedagógico com a alfabetização possa privilegiar a vida cotidiana, as experiências culturais trazidas pela criança para dentro da escola. Do mesmo modo, a criança na sua aprendizagem poderá realizar

intercâmbios das aprendizagens formais do espaço pedagógico para o ambiente familiar, incorporando um conhecimento mais elaborado a partir da participação e integração de saberes.

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é ‘uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história’ (Brasil, 2018, p.67)

Nesse sentido, os princípios balizadores, os conceitos e a fundamentação teórica que estrutura o componente de Língua Portuguesa tem como finalidade os processos criativos através das interações sociais que norteiam a convivência humana. Essas interações se concretizam seguindo as diferentes abordagens da pedagogia da alfabetização utilizando as diversas linguagens em um contexto com “práticas multiletradas” (Rojo, 2012).

Como sugere a Base Nacional Comum Curricular, o trabalho interdisciplinar destaca-se como uma proposta relevante para a pedagógica da alfabetização no componente de Língua Portuguesa, priorizando a ação didática com experiências, relacionando o pensamento e a linguagem para a ampliação do repertório cultural da criança.

O componente de Língua Portuguesa, propõem uma abordagem dinâmica com procedimentos de multiletramentos e letramentos multimidiáticos para favorecer o trabalho didático e a aprendizagem. Conforme podemos observar, a proposta da abordagem da pedagogia da alfabetização no componente de Língua Portuguesa tem como base a produção de textos multimodais com o emprego de recursos audiovisuais, na elaboração de textos verbais e escritos, não verbais e visuais, em que essas combinações possam proporcionar as interações entre as crianças, a convivência de sujeitos históricos em diversos ambientes e cenários como estratégias para a produção cultural.

No âmbito da fundamentação teórica apresentada pela Base Nacional Comum Curricular, o documento confere uma trajetória dinâmica para o componente de Língua Portuguesa, seguindo basicamente a concepção sociointeracionista de ensino-aprendizagem a partir de 4 (quatro) Eixos de Integração das Práticas de Linguagem articuladas como: “Leitura, Produção de textos, Oralidade e Análise linguística/semiótica”. Esses eixos são definidores do trabalho pedagógico constituindo a identidade do componente curricular de Língua portuguesa, seguindo a proposta curricular para a construção do conhecimento da língua materna (língua portuguesa) pela criança nas situações comunicativas alfabetizadoras.

Dessa forma, as situações comunicativas compreendem as interações sociais da criança em diferentes circunstâncias, lugares, tempos e espaços relacionais, proporcionando a produção textual. A construção de textos enquanto um acontecimento que se realiza em ocasiões formais e não-formais de

maneira dinâmica, contam com a participação dos sujeitos em situação de intercâmbio comunicativo. Assim sendo, o texto como recurso multimodal é concebido como unidade de ensino, como função integradora nas práticas didático-pedagógicas.

É importante notar que a fluência em leitura oral é uma das diversas capacidades que a criança deverá desenvolver melhorando a agilidade na leitura de textos, pois à medida que avança em seu processo de alfabetização ganha mais confiança no domínio das palavras, alcançando níveis para além da decodificação, refinando a capacidade de interpretação. Assim, a leitura é mais fluida, por isso é mais agradável e interessante para a criança. O professor deve incentivar as práticas de leitura em voz alta, podendo realizar rodas de leitura, criar o cantinho da leitura, a hora do conto, teatro, leituras dramatizadas, telejornal e rádio escolar. A leitura deve ser acompanhada pelo professor para que possa avaliar o sucesso de cada criança, e elucidar as dificuldades encontradas.

Do mesmo modo, o desenvolvimento de vocabulário é fundamental para a compreensão do texto como um ato interativo e social. A ampliação do vocabulário deve ser incentivada diariamente através de práticas com atividades de leitura com jogos de palavras, diálogos sobre o universo da leitura, ampliando o vocabulário, conquistando mais conhecimento no decorrer da vida escolar.

Na Produção da escrita, temos que a aplicação de metodologias utilizando a escrita constitui um processo complexo fundamental para o desenvolvimento das habilidades de escrever palavras, objetivando a produção textual. Para a consolidação dessa competência o professor deverá organizar atividades de produção textual livre, organizar glossários, escrever poemas e poesias, criar histórias com base no contexto social da criança com recursos multimodais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos que foram evidenciados no estudo dos documentos da política pública de educação, consubstanciados na Política Nacional de Alfabetização (PNA), e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se materializam quando são declaradas as concepções, conceitos e opções teórico-metodológicas para o processo de alfabetização da criança.

De acordo com a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a escola e a família devem realizar um trabalho didático com intervenção sistemática e regular para desenvolver e ampliar a capacidade e estratégias de leitura, com enfoque na “Ciência Cognitiva da Leitura” e “Literacia familiar”.

Nesse sentido, o Sistema de Educação no Brasil, bem como as propostas dos organismos internacionais (ONU, UNESCO), para o desenvolvimento das nações, intensificaram o processo de alfabetização com a implantação do sistema de monitoramento e avaliação dos avanços da aprendizagem da criança. Nas práticas educativas, no ambiente familiar e escolar, a intenção é desenvolver a aprendizagem das relações grafofonêmicas, que significa a relação entre letras (grafemas), na modalidade escrita, e sons na modalidade oral da linguagem.



Na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os saberes da prática da linguagem oral e escrita são construídos com a participação da criança, intensificando o processo de alfabetização na interação como leitora e produtora de textos. Seguindo essa análise, a criança é competente como produtora de textos ao interagir no ato da comunicação, promovendo a construção de textos que circulam no espaço da escola, na família e em múltiplos ambientes.

A partir do estudo pode-se inferir que as experiências da criança com diversos portadores de textos favorecem a construção das estruturas cognitivas mediante um percurso interdisciplinar, ampliando a capacidade de interagir no seu contexto. A intensidade de circulação de saberes e experiências, e o conjunto de práticas culturais, possibilitam o processo de aquisição de conhecimentos. A prática ativa e dialógica é essencial na alfabetização, pois produz vivências em contextos sociais plurais, experimentações diversificadas na perspectiva da formação da criança leitora-escritora.



REFERÊNCIAS

ADAMS, Marilin.J; Foorman, Barbara R.; LUNDBERG, Ingvar; BEELER, Terri. Consciência fonológica em crianças pequenas. Porto Alegre: Artmed; 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. Política Nacional de Alfabetização. Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

Base nacional comum curricular. 3ª versão revisada, Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 03/02/2023.

CAPOVILLA, A. G. S. Alfabetização e Método Fônico. São Paulo: Memnon, 2003.

CARDOSO-MARTINS, C. (Org.). Consciência fonológica e alfabetização. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Saraiva, 2006

FRANCHI, Eglê Pontes. Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita. São Paulo: Cortez, 1994.
PARRY, Scott B. The quest for competencies. Training. Jul. 1996. Vol. 33. No. 07. pp. 48-54.

PINHEIRO, A. M. V. Leitura e escrita: uma análise cognitiva. Campinas: Editorial Psy II, 1994.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

ROJO, Roxane Helena R; MOURA, Eduardo. (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROTTA, Newra Tellechea; FILHO, César Augusto; BRIDI, Fabiane Romano.(Orgs.). Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SNOWLING, M.;HULME, C. A Ciência da Leitura. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARGIANI, Renan. Alfabetização baseada em evidências: da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Editora Penso, 2022.

SAVAGE, John F. Aprender a ler e escrever a partir da fônica: um programa abrangente de ensino. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.